

# COMBATE

**A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES  
E AGORA PERGUNTAMOS: ONDE ESTÃO OS PARTIDOS «DE ESQUERDA»?  
onde sempre estiveram: a construir o  
capitalismo de estado.**

*A comissão de trabalhadores da empresa de construção civil J. Pimenta divulgou o seguinte comunicado*

## COMUNICADO DA C.T. J. PIMENTA

Após o "golpe" do 25 de Novembro teve o público oportunidade de acompanhar na Imprensa em geral, exceptuando o jornal "A República", toda uma campanha de cozinhar os acontecimentos.

Assim, e não fugindo ao processo de difamação e calúnia, arranjaram os cozinheiros maneira de implicar a Comissão de Trabalhadores de J. Pimenta, cujo único "crime" foi o de estar sempre na vanguarda da luta dos trabalhadores.

### O QUE ACONTECEU NA REALIDADE?

No dia 25 de Novembro, e como já aconteceu no dia 11 de Março e 28 de Setembro, mobilizou esta Comissão de Trabalhadores duas viaturas para colher informações.

Uma delas, uma auto-betoneira, foi apreendida quando circulava a caminho de Lisboa e aí começou toda a especulação, pois após a prisão dos quatro camaradas que nela seguiam surgiram acusações fantásticas de que a viatura transportava explosivos, armas e até um paraquedista.

Não contentes com este acto e querendo arranjar à viva força um bode expiatório, no dia 3 de Dezembro os Comandos chamaram dois camaradas desta Comissão de Trabalhadores para uma conversa, que decorreu no quartel.

Após "conversarem" foram os dois camaradas postos em liberdade mas, "surpresa": no dia seguinte, dia 4, foram novamente PRESOS, no domicílio, levados para os Comandos e posteriormente para Custodias, onde presentemente se encontram sem culpa formada e ainda "DETIDOS" para averiguações.

Porquê dois camaradas desta Comissão de Trabalhadores presos, quando a pretensa responsabilidade é colectiva?

**NÃO A MAIS ESTA MANOBRAS DOS INIMIGOS DA CLASSE TRABALHADORA!**

**FORA COM OS USURPADORES E MENTISOSOS!  
SOLIDÁRIOS SEMPRE COM OS CAMARADAS  
INJUSTAMENTE PRESOS, EXIGIMOS A SUA LIBERTAÇÃO IMEDIATA!**

**AVANTE NA REVOLUÇÃO!**

a Comissão de Trabalhadores  
de J. Pimenta

## PRISÕES

### E VIDA DE TODOS OS DIAS EM AVEIRAS DE CIMA

*Colaboradores do COMBATE conversaram com um membro da cooperativa agrícola produtora de Aveiras de Cima (Pombal e Vale Mouró). Depois do 25 de Novembro a repressão abateu-se sobre os trabalhadores desta cooperativa. Agora, nas condições de uma luta mais dura, os cooperadores iniciam a aprendizagem de novas realidades.*

*Esta cooperativa resultou da ocupação de uma propriedade agrícola, feita em Junho de 1975, por mais de vinte pessoas, vindas de Casais do Vale do Brejo e Aveiras de Cima. Na sua maioria são trabalhadores agrícolas. Metade dos cooperadores são casados, metade são solteiros. Hoje, o total de cooperadores é de 42.*

Ainda não há casas para os cooperadores. Três famílias mais dez solteiros moram em instalações adaptadas de uma antiga cocheira de cavalos e selaria. Adaptaram também a cocheira para refeitório. Todos tomam a refeição em conjunto. Duas ou três mulheres cozinham para todos. Além disso há uma cantina e um bar. Estavam a planear fazer casas para moradia, casas de banho, instalações hidráulicas, etc. Os cooperadores de Casais do Vale do Brejo ainda moram lá e são transportados diariamente, em geral de tractor, para trabalhar na quinta. Trazem a sua própria comida e só vão à sede nos dias de Assembleia Geral (que agora se tem realizado todas as semanas).

A área da cooperativa é de mais ou menos 4.500 hectares. É boa terra para cultivo, daí já se ter falado em nacionalização. As novas produções são trigo e aveia; as que já existiam e que continuam são: azeitonas, eucaliptos, cortiça e couves. Cerca de 300 kg. de couves são vendidos semanalmente para a base de Ota. Quanto ao gado, há 250 ca-

(cont. na pag. 2)

*A repressão não se limita a prender e a caluniar. Infiltra-se por todos os poros da nossa vida. É vil e mesquinha. Não perde oportunidades. A repressão não se limita a sustentar a exploração geral e a impôr as grandes injustiças, impõe também as injustiças quotidianas, sustenta a exploração sistemática pelo capital dos mais pequenos actos da nossa vida. Hoje, sempre que a repressão se desenvolve na sociedade, desenvolve-se em todos os pontos da sociedade. Por isso não há repressões mais perigosas do que outras, ou mais graves do que outras. Todas as formas de repressão são igualmente perigosas e graves. No mundo contemporâneo a repressão não se limita a um ou outro aspecto da nossa vida. Ela quer controlar os trabalhadores em conjunto e cada um de nós individualmente. A luta contra a repressão tem de ser uma luta de todos os dias, em todos os momentos.*

*Na Sociedade Central de Cervejas divulgou-se o seguinte apelo de um trabalhador:*

## APELO DE UM TRABALHADOR DA S.C. CERVEJAS

### APELO DO COLEGA JOSÉ GONÇALVES PINTO, DO ENTREPOSTO Nº 3, NO PORTO

Camaradas, venho por este meio alertar o que se passa no nosso país.

Em 12/12/75 eu, José Gonçalves Pinto, fui posto na rua com todos os meus bens e família pelo tribunal e GNR de Penafiel.

Habitava uma casa desde 1972, alugada, pela qual pagava 400\$00 escudós mensais, com contrato verbal pelo senhorio. A certa altura, por desconfiar que estava a ser vítima de uma vigiarice, resolvi ir pagar a renda com duas testemunhas ao mesmo tempo que pedia o recibo. Ora o senhorio, que andava com a sua ronha, disse que só pagava o recibo se eu lhe desse mil escudós. Então eu, a partir daí, fui a um advogado que me aconselhou a pôr um processo em tribunal, o qual fiz; depois fui depositar a renda na Caixa Geral de Depósitos, isto depois de ele se recusar a receber.

(cont. na pag. 2)

(continuação da pag. 1)

de as. Os cooperadores moradores na cooperativa só agora conseguiram vacas leiteiras para o leite das crianças que lá moram.

Começaram uma escola na casa do burquês da terra, mas a professora foi mandada embora porque alguns levantavam "problemas morais".

Depois do 25 de Novembro -- "Quando a tropa lá foi deram um barril de vinho à cooperativa, depois de terem levado as três armas. Houve um cooperador que mostrou onde elas estavam". Esse cooperador foi à base de Ota para ser interrogado e lá ofereceram-lhe um bom jantar e voltou para a cooperativa. As pessoas da cooperativa ficaram desconfiadas:

"Então como é que é? Nas outras cooperativas todos foram presos e como é que aqui ninguém foi?" "...É só esperar para ver". Além disso desconfiou-se que outra pessoa da cooperativa tivesse também feito denúncias. Daí a uma semana prenderam o cooperador X. "Um militar da Ota, muito amigo de X., foi preso. Havia outro militar que fingia que era amigo e depois desapareceu. Agora prendem é os revolucionários".

"Na minha casa tenho a mala revirada. Apareceram tantas chaimites e soldados à procura de dois gajos!" Dois elementos da cooperativa foram presos.

Pessoas de Aveiras que foram à penitenciária viram lá uma lista de nomes para serem presos: tudo gente de Aveiras. "Estão a encolher-se de medo. Há pessoas que estão a dizer que se sentem treloucadas, que parece que têm febre". Um diz: "Eu ando completamente doído". As pessoas que figuram nessa lista estavam na Comuna (escola de crianças, teatro e clínica em Aveiras de Cima) ou nas cooperativas. Na cooperativa do Pombal "querem trabalhar, não querem saber disso das prisões. Se tiverem de ir, vão! Dizem: Ah! Isso é que vou também". "É pena haver agora estas prisões... Agora é que as pessoas estão a desen-

# PRISÕES

## E VIDA DE TODOS OS DIAS EM AVEIRAS DE CIMA

volver-se bem. Os dos casais eram isolados. Viviam ali e não conheciam outra gente. Na cooperativa têm mais contacto". "As pessoas agora estão mais conscienciosas -- trabalham. Começam a tomar iniciativa. Vêm a Lisboa para tratar de coi-

sas no IRA (Instituto da Reforma Agrária). Antes eram sempre os mesmos a ir. Desses, uns foram os denunciadores, que se afastaram. Os outros estão presos. Agora temos de ser todos a fazer. Um dos denunciadores dizia que as pessoas não tinham capacidade para isso. X, que

está preso, já dizia que as pessoas deviam começar a fazer as coisas por eles mesmos. Que não podiam depender de um ou dois". Os que foram presos eram activistas. Quando foram presos vinham de uma reunião da comissão liquidatária (ligada ao IRA, encarregada da parte financeira).

"Ainda lá está a mulher de um dos denunciadores, e este ainda não se demitiu. Mas vão embora. Ela diz que não está lá para trabalhar para outros. Esse denunciante estava na cooperativa com espírito de comerciante e não como um cooperador". A comissão liquidatária entregou o dinheiro aos dois cooperadores que depois viriam a ser denunciadores: 50 contos a um e 57 ao outro. É o valor da máquina que o IRA autoriza dar. Como esses dois elementos denunciadores entraram com as máquinas, ainda não totalmente pagas, ficaram com o dinheiro todo para eles. "Mas o dinheiro era para a cooperativa. Se houvesse

pagava-se as máquinas. A cooperativa queria comprar as máquinas deles e assim todos ficavam em igualdade". Um desses denunciadores não tinha acabado de pagar o tractor: só tinha pago 25 contos. Tirou os 50 que eram da cooperativa. Também assinou papeis em nome de outro cooperador -- não se sabe qual é o papel nem para quê. Eram esses dois que viriam a ser denunciadores que faziam tudo. "Os outros não saíam da terra e não sabem o que eles andaram a fazer." Um dos denunciadores disse que se ele sáisse fazia com que o IRA nacionalizasse a cooperativa. Ameaças... "Ele rece-

beu salário do IRA e os outros não receberam nada até hoje. O que a gente queria era um salário de 4.500 escudões por pessoa, e a cooperativa completava o restante para cobrir 6.500\$00". "Há pessoas que trabalham na cooperativa

desde Junho e até agora não receberam nada. E os dois que foram denunciados a mandar, a ser novos patrõeszinhos. Assim também não queremos. E a mulher de um deles a ter ataques de nervoso, a mandar no marido, a querer mandar em nós. Isso é que não. Se ela não concordava com a decisão da assembleia, que venha à assembleia reclamar, que não fique de fora" (NOTA EXPLICATIVA: A assembleia tinha decidido, e todos concordaram, que a cooperativa compraria os tractores e continuaria a pagar as prestações que faltavam. Quando saíram da assembleia, com novos encarregados da cantina e do bar eleitos por todos, a mulher de um dos proprietários dos

tractores (um dos denunciadores) disse que não aceitava e que se ia embora. O marido disse então que tinha de acompanhá-la. Houve nova assembleia, essa mulher compareceu, fez um escândalo e decidiu-se outra vez que a cooperativa comprava os tractores. Foi na semana seguinte que um dos cooperadores foi preso por acusação do marido dessa mulher. Este denunciante saiu da cooperativa e levou coisas da cooperativa com ele.)

## APELO DE UM TRABALHADOR DA S.C. CERVEJAS

(continuação da pag. 1)

O senhorio mediante tudó isto pôs-me uma acção de despejo, a qual não chegou a ser feita, porque o Povo, conhecendo bem a verdade, não deixou que tal injustiça fosse feita.

Passados quatro meses entra-me pela porta dentro o primeiro sargento da GNR de Penafiel mais um soldado da mesma corporação, enquanto mais nove homens da GNR e três funcionários do tribunal de Penafiel aguardavam cá fora. Entretanto o primeiro sargento e o

soldado que tinham entrado em minha casa traziam ao empurrão a minha esposa pela porta fora e ainda não satisfeitos despejaram o leite do pequeno-almoço dos meus filhos pela boca abaixo. Em seguida foram ao quarto onde dormiam dois dos meus cinco filhos tranqui-

lamente, um de 5 anos e outro de 2 anos. Puseram os miudos na rua com a roupa na mão para se vestirem e em seguida entram o senhorio e mais algumas pessoas da família do mesmo e puzeram-me todo o meu mobiliário na rua, e ainda me estragaram alguns móveis.

Agora vivo na rua enquanto esse senhor vive em duas casas.

a) - José Gonçalves Pinto



Outro trabalhador, também da Sociedade Central de Cervejas, divulgou a seguinte nota de solidariedade:

Ao camarada Pinto a nossa solidariedade e apoio incondicional.

A todos os trabalhadores o alerta para este relato que não é mais do que a triste realidade que nos assalta num galopar desenfreado e que só um nome define em toda a sua amplitude: FASCISMO.

Que o odioso não recaia nos GNRs, simples peças numa engrenagem que, aí no Norte e não só, passam por manipula-

dores que dão por nomes como, por exemplo, Pires Veloso, perfeitos conhecedores das realidades sociais que antecedem a implantação dos regimes fascistas -- apoio em grandes estratos da pequena-burguesia numa situação de insatisfação cujas origens se enraizam em quase cinquenta anos de obscurantismo.

Mais uma vez alerta, camaradas, para o momento difícil e perigoso que atravessamos, que só não será de transição para uma ditadura mais violenta do que a derrubada em 25/4/74 se, unidos e solidários, resistirmos para vencer.

Lisboa, 18 de Dezembro de 1975

### ATENÇÃO

ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES E DE MORADORES, ÀS FÁBRICAS EM AUTO-GESTÃO E ÀS COOPERATIVAS QUE PUBLIQUEM BOLETINS, JORNALIS OU QUAISQUER OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE PARA OS TRABALHADORES EM GERAL, PEDIMOS QUE NOS ENVIEM TODAS ESSAS PUBLICAÇÕES PARA VENDA NAS LIVRARIAS Contra a Corrente (RUA DA ATALAIA, 204-206 EM LISBOA OU RUA DO BREINER, 50 NO PORTO) E PARA OS NOSSOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO, ABERTOS A TODOS OS INTERESSADOS NA LUTA DOS TRABALHADORES PELA SUA EMANCIPAÇÃO.

# Editorial

O capitalismo de Estado não é uma característica particular de um ou outro país. O capitalismo de Estado é o próprio desenvolvimento do sistema capitalista e, embora sob formas diferentes, processa-se em todo o mundo. Em Portugal o capitalismo de Estado tem sido a tendência dominante da evolução do capitalismo moderno, e muito antes do 25 de Abril desenvolvia-se já a propriedade de Estado e a classe dos tecnocratas.

O 25 de Abril foi, porém, a data decisiva para a generalização do capitalismo de Estado entre nós.

Ao contrário das formas anteriores de capitalismo (a que alguns chamam "liberal"), em que a propriedade de Estado era reduzida e em que não existia plano económico central, o capitalismo de Estado, com a extensão da propriedade estadualizada e a planificação central única, exige o reforço do aparelho governativo e torna uma necessidade absoluta a existência de um único centro de poder. Em Portugal essa necessidade de reforçar o governo central foi acentuada pela própria fraqueza da produção capitalista e implica que todos os sectores e grupos políticos da nova classe dominante refiram conjuntamente o reforço do poder e a "batalha da produção".

Mas o que é preciso para que uma classe governe? Primeiro, que os elementos dessa classe se ponham de acordo quanto a um sistema para reprimir os explorados. Em segundo lugar, é preciso que consigam impor esse sistema aos explorados. Em terceiro lugar, é preciso que se ponham de acordo entre eles quanto ao sistema das relações mútuas entre os exploradores. Desde a derrota política do spínolismo com o 28 de Setembro e desde a grande expansão das estadualizações com o 11 de Março que os capitalistas de Estado portugueses têm podido verificar a absoluta impossibilidade de proceder a uma planificação centralizada sem terem previamente unificado a máquina governativa e pô-la em termos de preencher os três requisitos acima apontados. Costa Gomes, pécês, pèsses, pepêdes, os "ex-MES" (e até o antigo secretário da Indústria Martins Pereira, com a sua equipa de capitalistas de Estado anti-capitalistas de Estado...) todos são unânimes em confirmar: não podem resolver o "problema económico" sem terem primeiro resolvido o "problema político".



O 25 de Novembro constituiu a primeira tentativa séria para resolver os dilemas em que se debate a classe dominante. A solução, porém, foi só parcial.

Com o 25 de Novembro um dos grupos burocrático-militares (aliás, uma aliança de grupos) conseguiu impor aos restantes a adopção de um sistema de repressão dos explorados. Conseguiu especialmente que as esferas governamentais optassem, entre os vários em debate, por um sistema de unificação do exército e de centralização da posse de todas as armas nas mãos da hierarquia militar. O exército, como disse um qual-quer político, é "o espelho da nação", e para reprimir os trabalhadores e unificar o aparelho governativo é necessário primeiro unificar o exército. A busca das armas e o reforço das estruturas militares é um passo importante nesse sentido.

No entanto, o 25 de Novembro está longe de ter resolvido os grandes problemas com que se defrontam os capitalistas de Estado em Portugal. O que lhes falta?

Falta que os vários grupos burocráticos, políticos e económicos dos exploradores se ponham de acordo entre si quanto às relações recíprocas a adoptar e falta, acima de tudo, que consigam obrigar os explorados a aceitar o sistema repressivo que nos querem impor. Passa o 25 de Novembro, mas continuam as lutas reivindicativas dos trabalhadores em amplas greves que assumiram até, em certos casos, formas de radicalização mais agudas. Em Braga, por exemplo, que tem sido um feudo dos partidos mais conservadores, os trabalhadores da construção civil ocuparam a delegação do Ministério do Trabalho. De pouco serve a demagogia de Tomás Rosa no Norte, sem a repressão a impor no momento oportuno.

São estas duas grandes lacunas que os actuais governantes se apressam a preencher. Temos insistido ao longo destes editoriais na análise do último aspecto, a imposição ao operariado de um sistema repressivo, e é sobre ele que hoje nos debruçamos de novo.



Assiste-se a um espectáculo inédito neste país, pelo menos desde a ascensão do salazarismo em 1928:

O governo reprime duramente o movimento autónomo dos trabalhadores e poupa aos partidos derrotados no 25 de Novembro

as formas mais violentas de repressão. Durante o salazarismo, se havia uma greve a principal preocupação da Pide era deter os "cabecilhas" partidários. Agora o governo manda passar buscas às sedes de alguns partidos, mas são sobretudo os activistas operários que são presos. Alguns dos trabalhadores presos podem ser membros ou simpatizantes de partidos, mas é como activistas do movimento operário que têm desenvolvido o seu esforço e como tal foram detidos. Os próprios partidos marcam bem a distinção ao manterem face às prisões dos activistas operários uma discrição e uma passividade que nunca usariam se fossem atingidos os membros dos seus aparelhos burocráticos. A única excepção de relevo é a prisão de Camilo Mortágua, mas a LUAR, pela forma pouco centralizada e menos hierarquizada como se organiza, navega a meia-água entre os partidos burocráticos e o movimento autónomo. Prenderam-se militares, oficiais e muitas praças, mas a repressão é poupada aos dirigentes dos partidos políticos a que os oficiais e alguns soldados estavam ligados.

A que se deve esta nova forma de repressão?

O 25 de Novembro mostrou que nenhum dos partidos era capaz de movimentar activamente massas trabalhadoras. Isso marcou a evidência o limite do seu poder. São úteis como instrumentos demagógicos na remodelação do aparelho de Estado baseada na integração das comissões burocratizadas -- o que corresponde ao plano do grupo encabeçado por Melo Antunes. Esta é a função dos vários partidos "de esquerda" (ou seja, partidários do capitalismo de Estado) na reorganização do regime económico-social. Mas os seus limites decorrem do facto de não terem apoio activo de massas. Por isso o governo sabe que, precisando em absoluto de reprimir o movimento autónomo, em nada estes partidos reforçam o movimento específico do proletariado.

Os acontecimentos posteriores ao 25 de Novembro só vêm confirmar estes factos. Face à repressão que se abate sobre o movimento operário autónomo, os partidos permanecem silenciosos. Igualmente discretos se mantêm os jornais e os jornalistas -- à excepção do "República" -- controlados pelos vários partidos. Preocupa-os o facto de os seus militantes serem substituídos pelos de algum outro partido nos organismos governamentais. Nisto se resume, para eles, a repressão. Quanto às prisões dos operários activistas do movimento autónomo, os partidos dão graças aos senhores do poder por a repressão se ter abatido sobre o movimento autónomo e não sobre os aparelhos partidários. Quando as tempestades se aproximam, os partidos só pensam em defender os aparelhos burocráticos, garantia da sua força na luta entre os vários sectores políticos pela repartição da mais-valia. Abandonam então oportunamente as belas frases sobre a defesa do operariado. Defender o movimento operário significa, para eles, defender o aparelho do seu partido.

Este silêncio dos partidos quanto à repressão que se abate sobre as organizações autónomas prova a quem não queria acreditar que os partidos não são inúteis para o movimento proletário, como são agentes activos da construção do capitalismo de Estado.

Só o movimento operário autónomo pode reagir à repressão que sobre ele se abate. O movimento operário em Portugal conquistou a autonomia ao nível das unidades de luta (empresas, bairros) mas a unificação dessas lutas não foi, até hoje, feita ao nível autónomo -- tem passado pelos partidos, que antes apareciam directamente e agora surgem camuflados. Dete modo, os partidos controlam essa unificação em seu proveito. Assim, por exemplo, o recém-surgido "secretariado provisório dos órgãos de vontade popular" podia de início dar certas esperanças de corresponder parcialmente às forças do movimento autónomo. Escrevíamos no último número (na página 2): "Se o carácter autónomo desse secretariado se verificar, será um importante reforço da luta dos trabalhadores pelo comunismo". Pouco tempo passado, ele mostrou com toda a clareza ser uma escrescência de uma formação partidária (UDP). O seu objectivo não é o de reforçar a luta autónoma dos trabalhadores, mas o de servir de muleta a maoistas em apuro. Por isso aconteceu-lhe o que tem sucedido desde o 25 de Abril a todos os órgãos burocratizados: isolou-se das massas trabalhadoras e é agora um aparelho sem significado relativamente ao movimento de massas.

O agudizar da luta de classes define cada vez melhor os verdadeiros campos que se degladiam. De um lado os múltiplos aparelhos burocráticos e militares, do outro o movimento autónomo dos trabalhadores. O operariado só pode responder à repressão que sobre ele se abate se desenvolver autonomamente a sua unificação. A repressão pode ser um elemento acelerador dessa unificação mas, por outro lado, torna-a materialmente mais difícil.

As condições são duras. Mas o reforço do movimento operário autónomo é possível.

## Mesa-redonda entre as Comissões de Moradores da Foz e S. Pedro da Cova

Encerramos aqui a mesa-redonda que temos vindo a publicar nos últimos números. Nesta participam dois elementos da comissão de moradores da Foz do Douro, três elementos da comissão de moradores do Bairro Norte - S. Pedro da Cova (esta comissão está dividida em três sectores e os elementos presentes representam dois deles), um habitante de S. Pedro da Cova e ainda um outro assistente à mesa-redonda.

Nas partes transcritas nos números anteriores discutiu-se a questão dos SAAL e a luta contra a formação de novas cúpulas; debateu-se o problema da recuperação das lutas pelos partidos e outros órgãos burocráticos exteriores ao movimento autónomo dos trabalhadores; descreveram-se os processos de criação e de funcionamento das comissões de moradores em S. Pedro da Cova e na Foz; discutiu-se também a diferença entre vanguardas e acção dinamizadora, e o risco de essa acção dinamizadora poder ocultar um paternalismo de facto.

## Quem legaliza quem?

COMBATE - Vocês, da comissão de moradores da Foz, quando chegaram uma das coisas que perguntaram às pessoas de S. Pedro da Cova foi se eles -- comissão de moradores -- já estavam legalizados. Podem explicar como se legaliza uma comissão de moradores?

CM da Foz do Douro - Eu não sei muito bem, mas vou explicar-te o que me disseram a mim. Depois de terem sido eleitos como comissão de moradores, no plenário, automaticamente mandaram um relatório de tudo o que se passou no plenário para a Câmara e levaram também ao MFA, e depois não sei bem. O facto é que depois os tipos receberam uma carta dizendo que a Câmara os reconhecia como comissão de moradores legalizada.

COMBATE - E vocês, em S. Pedro da Cova, como fizeram?

CM de S. P. da Cova - Fizemos a mesma coisa.

COMBATE - Podíamos falar do tal poder popular, de que aquele senhor falou, mas como, por um lado, fala em poder popular e, por outro lado, vai legalizar a comissão à Câmara Municipal, parece-me mais importante discutirmos quem é que, afinal de contas, dá legalidade às comissões: se são os plenários que as elegeram ou as Câmaras Municipais, que não foram eleitas por ninguém e que são apenas órgãos administrativos do Estado?

CM de S. P. da Cova - O que se passa é o seguinte: estamos oficialmente legalizados na Câmara e na Junta de Freguesia.

COMBATE - Há um plenário em que os moradores decidem que A, B e C são as pessoas em que eles delegam a execução de determinadas tarefas. Logo, para mim, a legalização está feita nesse plenário.

CM de S. P. da Cova - Sim, mas depois temos de ser reconhecidos na Câmara para que a Câmara tenha conhecimento de que existe a comissão de moradores e quem eles são. Por exemplo, se nós precisássemos de ir tratar de algum assunto eles podiam virar-nos as costas: "Não tenho conhecimento nenhum da comissão de moradores".

CM da Foz do Douro - E não é só isso. Uma coisa que aconteceu é que, paralelamente a esta, a comissão de moradores que foi eleita em plenário -- a

que está aqui representada -- têm aparecido outras que não se sabe onde foram eleitas, mas que também se reivindicam como comissões de moradores. Comissões, também da Foz, da mesma zona, com a mesma população. O que desmobiliza extraordinariamente já que eles convocam para uma coisa, nós convocamos para outra e depois já não se sabe onde se está.

COMBATE - Se o problema é esse, não estou a perceber nada. Então as pessoas que elegeram a comissão de moradores



desenho de Topor

## Unificação autónoma ou integração no Estado?

Um assistente à mesa-redonda - Parece-me que estás assim um bocado divergente de mim porque uma coisa é que a Câmara aprove ou não aprove, outra coisa é que conste na Câmara quem é. Porque os interesses dos moradores de uma certa zona são em grande parte os mesmos e dizem respeito aos interesses de muitas outras zonas. Os interesses de uma determinada zona ou de uma determinada comissão são também os interesses de outras zonas, de outras comissões, de outros moradores. Que seja uma for-

mação de base, isso é que é o essencial. Mas depois é preciso haver uma certa coordenação e eu acho que isso é um processo correcto para que depois se concentrem em Câmaras escolhidas de uma maneira muito diferente e em que os interesses sejam coordenados. Por exemplo, o caso dos transportes: não é a zona da Foz que vai determinar como é que são os transportes para a zona, porque os interesses dos transportes para a Foz e da Foz para outros sítios, passam por Massarelos, passam por Miragaia, como

não sabem qual é a comissão de moradores? CM da Foz do Douro - O problema é esse. A percentagem de pessoas que apareceram no plenário não corresponde, de todo, à totalidade de indivíduos que vivem naquela zona. Porque é plenário teve duzentas pessoas e naquela zona mil... nem sei quantas pessoas haverá. Supunhamos que há mil. Estão lá 200 que sabem até quem foi eleito, mas as outras oitocentas são perfeitamente manipuladas por comissões que podem surgir assim. Agora apareceu lá uma comissão de moradores da Foz--SAAL, com o SAAL à frente, e que foram -- ter connosco a dizer que eles é que eram a comissão de moradores. Nós, como tínhamos aquela documentação toda, o relato, e legalizada pela Câmara, isso deu-nos uma certa força em relação a eles.

COMBATE - Mas porque é que é a Câmara que dá força às comissões de moradores e não as pessoas que as elegeram? Eu perguntei como é que as pessoas foram eleitas; explicaram que foi em plenários. Aquele senhor dizia qualquer coisa como isto: "Nós fomos eleitos, agora vamos fazer plenários". Nós, nós é que vamos fazer os plenários. Quer dizer, não são as pessoas que moram na Foz que vão convocar os plenários.

passam por muitas outras zonas. E só havendo um órgão de coordenação que é, chamemos-lhe, a Câmara, é que se pode atirar isso.

COMBATE - Vocês tiveram a Intercomissão de moradores: existem várias comissões de moradores e depois há uma estrutura de topo onde se juntam todas as comissões de moradores. O que é que vos levou a formar essa estrutura de topo?

CM de S. P. da Cova - Nós formámos isso para ajuda. Esses dois elementos de cada comissão -- eles chamam a isso uma coordenadora -- juntam-se para a tal expropriação dos bairros. A Intercomissão, o apoio de todas as comissões do lugar (são aqueles que pertencem aos bairros lá da companhia) -- juntam-se esses todos para fazer força para a tal expropriação.

Outro membro da CM de S. P. da Cova - Eu penso que isso foi decidido para que depois, quando se tratar de um assunto qualquer, se puxe. Quer dizer, com as comissões todas poder puxar-se melhor. Já se resolve melhor a nível de freguesia do que estar uma comissão sozinha a tratar de qualquer assunto.

COMBATE - Se vocês fazem isso em S. Pedro da Cova para resolver os problemas concretos de S. Pedro da Cova, ou seja, formam uma Intercomissão, eu pergunto: porque é que todas as comissões do Porto e arredores não podem também formar uma intercomissão que não tenha nada a ver com a Câmara?!

Um assistente à mesa-redonda - Porque nessa altura passa-se a chamar Câmara às intercomissões de moradores.

COMBATE - Sim, mas o que dá legalidade às comissões de moradores não é a Câmara, são os plenários que as elegeram. Quer dizer, por um lado, quer dar-se o poder às pessoas, por outro lado, as pessoas ficam mantidas porque têm de ser legalizadas pela Câmara. E se a Câmara disser que não? Como, por exemplo, foi o caso dos reacionários lá da Foz que foram lá e a Câmara rejeitou. Por acaso eram reacionários, mas podiam não ser. E depois? Quer dizer, um plenário tinha decidido e tinha eleito uma comissão de moradores que a Câmara depois podia rejeitar! Até posso ir mais longe e dizer assim: se os sindicatos neste país tivessem uma certa eficiência as comissões de moradores nunca seriam bem aceites na Câmara. Eu agora podia perguntar a estes senhores que aqui estão porque é que eles, em vez de formarem a Intercomissão de moradores não usaram um processo mais simples de coordenar esse trabalho: existiam as várias comissões e eles iam à Junta e, em vez da Intercomissão, havia a Junta de Freguesia. Então porque é que não fizeram isso? Porque é que não era a Junta de Freguesia, que até já existia em S. Pedro da Cova, que coordenava? Porque é que não foram à Junta de Freguesia dizer: olhe, nós formámos a comissão de moradores tal e os nossos problemas são estes? E depois vinham os da comissão do Passal e os de outras comissões dizer todos os problemas e a Junta de Freguesia decidia e coordenava todos esses problemas. Porque é

que não fizeram isso e decidiram antes fazer uma intercomissão?

CM de S. P. da Cova - Parece-me que

## Substituição dos eleitos

Ora bem, há pouco perguntei como eram eleitos os membros da comissão de moradores e agora pergunto -- e isto porque me spou muito mal, pelo menos a mim, aquele senhor dizer "nós fazemos plenários" -- pergunto se os eles têm a capacidade de convocar e fazer plenários; se eles foram eleitos e se as pessoas não estiverem satisfeitas com eles, como é que fazem para os tirar de lá e elegerem outros? Quando as pessoas de S. Pedro da Cova e as pessoas da Foz não estiverem contentes com as comissões que lá estão, como fazem para os pôr cá fora?

Um membro da CM de S. P. da Cova - É um plenário.

Outro membro da CM de S. P. da Cova - Amanhã se calhar já vai acontecer uma coisa dessas.

COMBATE - Quem convocou o plenário de amanhã?

CM de S. P. da Cova - Foi a comissão de moradores.

COMBATE - E se houver dez, vinte ou trinta pessoas que queiram convocar um plenário podem fazê-lo?

## As comissões só têm poder se as bases o tiverem

COMBATE - Agora pergunto-te, a ti, como é que, por exemplo na Foz, se várias pessoas estivessem descontentes com a comissão de moradores, o que é que poderiam fazer? Como é que poderiam fazer?

CM da Foz do Douro - Eu aí não sei muito bem, mas parece-me que é mais difícil, pelo menos dá-me ideia que eles (em S. Pedro da Cova) estão mais avançados do que nós nesse aspecto porque a nossa comissão de moradores -- tu apontaste -- há bocado -- estava a ter uma actuação demasiadamente... Quer dizer, a comissão de moradores resolve os problemas e, de certo modo, não está a chamar os moradores a virem, eles mesmos, pôr os problemas e tentar encontrar a solução. Daí que me parece que está a haver uma separação entre a nossa comissão de moradores e o resto das pessoas que os elegeram; e, quando os elegeram, parece-me que o fizeram numa perspectiva deste tipo: agora vamos eleger estes fulanos para resolverem os nossos problemas. Portanto, eles não estão a acompanhar muito a nossa comissão de moradores. Tanto que aquilo que tu há bocado apontaste -- a habitação, a cultura e o desporto, pode-se perguntar: isso veio donde, da comissão de moradores ou de uma necessidade real das pes-

está tudo contra a Junta e contra a Câmara.

COMBATE - Como vocês ultrapassaram a Junta também podem ultrapassar a Câmara.

Membro 1 da CM de S. P. da Cova - Podem pedir a comissão. Tratam a coisa com um elemento da comissão e pedem um plenário. "Para que é o plenário?" "Há lá uma pessoa que está metida na comissão que não nos agrada". E depois o próprio plenário diz.

Membro 2 da CM de S. P. da Cova - Eu, para mim, penso que, quando fazemos um plenário, que se pergunte ao povo se tem alguma coisa a dizer. É nesse caso que a eles, se não interessa algum membro da comissão, é nessa altura que se deve...

Membro 3 da CM de S. P. da Cova - O povo também pode pedir. Não é só os membros da comissão que pedem.

Membro 1 da CM de S. P. da Cova - Evidentemente, o povo também pode pedir o plenário.

Membro 2 da CM de S. P. da Cova - Pedir a comissão para fazer o plenário.

Membro 3 da CM de S. P. da Cova - Também me disseram que alguns estavam dispostos a fazer um plenário e deitar a comissão toda fora.

soas? Não veio de uma necessidade real, embora ela exista também. Mas as pessoas não se pronunciaram, porque o que acontece é isto: este plano de cultura, de educação e de higiene já foi estudado, previamente, por uma dita comissão, que foi eleita para fazer e estudar a forma de funcionamento da Câmara Municipal da Foz, e que fez um papel que foi distribuído pelos moradores dizendo: olhem, nós estudámos e o que achamos que era bom para a Foz era ter isto tudo. As pessoas, automaticamente, vendo aquilo, disseram: sim senhor, muito bem, vocês vão para lá e vão pôr isso tudo a funcionar. Mas não pensaram: nós é que temos que pôr isto a funcionar. E se realmente as pessoas da Foz -- e é isso que eu ponho um bocado em questão na nossa posição -- é que se a própria população mais esclarecida estivesse a trabalhar activamente com a comissão de moradores da Foz, dá-me ideia que as bibliotecas, a cultura e essas coisas todas, eles nem sequer pensavam nisso. Porque o problema deles parece-me, pelo menos pelos contactos que tenho tido, é fundamentalmente a educação. E é por isso que se explica a necessidade da legalização. Porque? Porque nós estamos um bocado separados do poder que eles po-

(cont. na pag. 6)

(continuação da pag. 5)

dem ter, quer dizer, da população mais esclarecida, os que constituem o tal plenário com aquelas duzentas ou trezentas pessoas. E depois, de vez em quando, convocam um plenário para dizer o que fizeram. Portanto, automaticamente, estamos um bocado dissociados do resto, que pode dar poder ou não. E não são esses onze elementos da comissão de moradores que têm poder em si mesmos. Eles têm que ir à Câmara para se legalizar, de certo modo.

Vou tentar explicar de outra maneira: parece-me que a comissão de moradores só tem poder real se tiver um máximo de participação dos próprios moradores mais desfavorecidos. Como ali estamos a trabalhar um bocado isolados do resto, só estamos ali há um mês, não temos poder das bases e, portanto, houve

aquela necessidade de ir para a Câmara.

Um morador em S. P. da Cova - Eu só queria dizer o seguinte: esse problema foi precisamente aquele que nós tivemos no Centro Revolucionário Mineiro. Simplesmente nós quando convocamos e fizemos um plenário com as comissões de moradores e com as pessoas, dizíamos que não tínhamos o apoio e a participação. Não fomos à Câmara nem tão pouco fomos ao ministério tratar da legalização. Apenas estivemos com as comissões de moradores e pusemos o problema. Foi-nos dito até para não ficarmos à espera das decisões que viessem lá de cima, apenas teríamos de discutir esse ponto. Só assim o processo iria para a frente. Foi a partir daí que, semanalmente, temos (o Centro Revolucionário Mineiro) reuniões com as comissões.

renda elevada, nunca se devia ter mexido nas rendas — devia ser uma coisa que contribuiu para este impasse que se deu de andar malta desviada. Baixou-se as rendas e depois umas passaram de



## Participação dos moradores

**COMBATE** - No primeiro plenário foi resolvido que as pessoas pagavam as rendas ao Centro Revolucionário Mineiro. As pessoas que apareceram nessa altura eram de S. Pedro da Cova ou eram só as que estavam interessadas no abaixamento das rendas? No princípio houve um plenário com cerca de 3.000 pessoas e a partir dessa altura as pessoas deixaram de participar. Isto significa, para mim, que as pessoas só começam a participar quando os que pretendem dinamizar começam a trabalhar em qualquer coisa que interessa realmente às pessoas.

Um morador em S. P. da Cova - Pelo menos, aquilo que eu noto é a participação das pessoas, a partir do momento em que nos voltamos para os problemas concretos, quando essas pessoas sentem que elas também conseguem...

**COMBATE** - Vocês foram sempre ao Centro Revolucionário Mineiro ou houve uma altura em que não iam lá?

CM de S. P. da Cova - Últimamente, desde há algumas semanas, eu em princípio não me proponha estar lá. Todas as semanas ia lá, e até mais do que um dia, mas ultimamente tenho estado em casa.

Outro membro da CM de S.P. da Cova - Eu tenho dois turnos; duas semanas peço de manhã às sete e largo às quatro e meia, e tenho outras duas que peço às quatro e meia e largo à 1.30 da manhã. As reuniões são geralmente às nove e meia da noite. Não vou perder o dia para ir à reunião e é esse o caso que, por vezes, faltamos às reuniões.

Um morador em S. P. da Cova - Se vocês ultimamente não vão sempre lá acima é devido aos afazeres profissionais, mas houve uma altura em que as comissões de moradores não apareciam lá. Essa presença começa a notar-se a partir de certa altura.

CM de S. P. da Cova - Para mim, penso que as comissões de moradores estavam à espera de que o Centro Revolucionário Mineiro tratasse dos assuntos todos.

Outro membro da CM de S. P. da Cova - Aliás, a nossa comissão de moradores foi das últimas a ser formada.

**COMBATE** - Na outra entrevista, o elemento da comissão de moradores do Passal disse que, por vezes, os próprios moradores queriam ultrapassar a comissão de moradores (ver o jornal nº 29). Já alguma vez isto aconteceu com vocês?

CM de S. P. da Cova - Ultrapassar não, mas tem-se por vezes um bocado de reacção do povo. Por exemplo, quando foi do abaixamento das rendas — eu por mim até penso que, apesar de ser uma

## A difícil aprendizagem da democraticidade

**COMBATE** - Qual foi o critério utilizado para baixar as rendas?

CM de S. P. da Cova - Foi em plenário. Nós fizemos um plenário e resolveu-se baixar as rendas. Ao princípio as rendas que pagavam eram as rendas antigas, as que pagávamos ao Cid Monteiro (o capitalista). Primeiro pagou-se assim as rendas lá. Quando o Centro Revolucionário Mineiro tomou aquilo e se resolveu isso, eu fui um dos primeiros a ir lá pagar. Pagava 330\$00 e assim continuei a pagar. E disse que enquanto não se perdesse aquilo, enquanto aquilo não fosse por água abaixo, que era sempre lá que havia de pagar. Tanto que eu fui ameaçado com cartas do Cid Monteiro, como nós quando eu fui mineiro. Fomos ameaçados com cartas registadas do Cid Monteiro que corríamos o risco de ordem de despejo se não pagássemos as rendas a ele. Depois resolveu-se em plenário baixar-se as rendas. Primeiro fez-se assim: andou-se pelas portas com uns papéis — a fazer um inquérito — a ver a família que cada um tinha. Ora eu, neste caso, nós somos dez pessoas e eu dei o ordenado que ganhava, até o dei com o envelope em que tinha recebido a fêria, dei o abono de família, dei tudo quanto tinha. Houve lá pessoas que não deram — quer dizer, com aquela coisa de fugir à renda. Ora, é claro, eu, com dez pessoas, usei-me com 275\$00 a renda; a outros com menos família do que eu e com mais ganhos usei-me com 150\$00, outros em 180\$00, outros ainda

400\$00 para 180\$00; mas elas: "Ah, porque aquela tem mais filhos ou porque tem menos filhos", "eu tenho mais filhos e quero ir para 150\$00" e algumas até nem queriam pagar nenhum. E, neste caso, quando se deixou de pagar ao Cid Monteiro e se começou a pagar ao Centro Revolucionário Mineiro, eu fui um dos que disse: "Tomara eu que me baixassem a renda mas eu, na minha maneira de ver, propunha que casa igual, renda igual. Ou então não mexer nas rendas". Creio que foi daí das rendas que partiu essa coisa. Quer dizer, se nunca se mexia nas rendas, as pessoas era aquela renda que pagavam. Quando se mexeu nas rendas "é porque aquele paga menos do que eu, aquele já paga mais..."

em 200\$00. Foi aí que começou a coisa. Eu fui ao Centro Revolucionário Mineiro e disse: "Vocês afinal como é que anda isso? Vocês o que é que estão aqui a fazer? Afinal a renda a mim tira-me o dinheiro para um garrafão de vinho. Eu não necessito que me tirem o dinheiro para um garrafão de vinho. Era melhor até, não tirar nenhum. Porque quem tem mais ordenado do que eu tiram-lhe mais do que a mim". E eles disseram que foi dos inqueritos que andaram a fazer. Quer dizer, as pessoas é que atafalharam. As próprias pessoas apoderando-se disso é que atafalharam.

**COMBATE** - Você diz: "eles baixaram as rendas". Mas "eles" quem?

CM de S. P. da Cova - O Centro Revolucionário Mineiro.

**COMBATE** - Então não foi em plenário que se disse: "O fulaninho da casa tal paga X, o fulaninho da casa B paga..."

CM de S. P. da Cova - Foi em plenário. Andou-se a fazer o inquérito e depois em plenário é que se resolveu baixar as rendas. Foi quando se fez isso.

Outro membro da CM de S. P. da Cova - Os inqueritos é que eram 99% falsos. Os que ganhavam 6 contos diziam que só ganhavam 3.

O anterior, da CM de S.P. da Cova - Ora, foram baixar mais a renda. Se ha-

# Mesa-redonda

(continuação da pag. 6)

viam de pagar 200\$00 ou 300\$00, como estavam a pagar, foram pagar 100\$00 ou 180\$00. Foi esse o impasse. As pessoas que tinham menos ordenados, ao verem as que tinham mais pagarem menos, foi aí que começaram, não é...

**COMBATE** - Em plenário decidiu-se que se baixavam as rendas, mas não se decidiu de quanto elas baixavam?

**CM de S. P. da Cova** - Nós resolvemos depois um plenário por sectores. Quer dizer, no meu sector notificámos o pessoal todo, notificámos com panfletos, para aparecer ali. Em plenário chamávamos a pessoa, chamávamos pelo chefe de família e dizíamos: "O senhor pagava X e agora vai pagar X. Concorde?", e ele dizia sim ou não. Se concordavam, pronto.

**COMBATE** - E as outras pessoas que estavam no plenário não podiam dizer nada?

**CM de S. P. da Cova** - As outras pessoas não podiam dizer nada. Chegou-se ao ponto que um que nunca tinha trabalhado nas minas, o Centro Revolucionário Mineiro tinha-lhe baixado e tinha posto em 180\$00. (Nós lá no nosso plenário

pusemos que quem já tivesse trabalhado nas minas era uma renda e que quem não tivesse trabalhado pagava mais 20\$00 ou 10\$00, consoante as divisões que tivesse em casa). Mas dois foram postos em 200\$00 e disseram: "Não concordamos". Chegámos a uma altura que chamámos o outro que estava em 180\$00 e virámos-nos para ele: "Oh fulano, o senhor está em 180\$00 mas, como nunca trabalhou nas minas, Nós agora põmo-lo em 200\$00. O senhor concorda?". "Concordo sim senhor; e então pago já os 20\$00 que paguei de menos". "Não senhor; no outro mês o senhor pagou, fica assim. Agora daqui em diante passa a pagar 200\$00". Os outros dois que não tinham concordado já concordaram também. Porque eles pensavam que nós íamos deixar ficar aquele em 180\$00 e que eles iam pagar 200\$00.

Mas apareceu lá uma boa. Um pagava 510\$00 e nós pegámos e fomos pô-lo em 280\$00. Chamou-se: "Olhe, o senhor pagava 510\$00 e agora vai pagar 280\$00. Concorde com isso?". "Concordo sim. Mas primeiro têm que ir fazer obras a minha casa e então depois é que eu pago". Quer dizer, nós sem termos dinheiro tínhamos que ir lá fazer obras à casa e depois é que começava a pagar a renda. Deu-me logo vontade de sair pela mesa fora. Aparecem assim umas coisas. Mas foi tudo em plenário. Chamávamos pes-

soa por pessoa e elas concordavam ou discordavam.

**Outro membro da CM de S.P. da Cova** - Quando foi nas primeiras rendas pelos inqueritos, foi feito no Centro Revolucionário Mineiro essa coisa das rendas.

**O anterior** - Mas eu estou a falar que depois foram resolvidas em plenário.

**O outro** - Depois é que foi resolvido em plenário, lá no plenário que vós fizesteis no vosso sector. Nós, no nosso sector, fizemos diferente: casa igual, renda igual. Tanto valia o que trabalhou na mina -- que foi mineiro -- como o que trabalhou fora. Pois se eu trabalhei nas minas 20 anos, eu fui explorado nas minas. Mas creio que os que trabalhavam no Porto que deviam ser explorados aqui nos patrões do Porto. Porque se um português se desloca daqui para a França para ver se arranja vida, com certeza que não vai para lá só para ele ser explorado. Evidentemente que os que vieram do Porto -- está lá muita gente do Porto a morar em S. Pedro -- foram para lá porque? Porque as rendas deviam ser mais baratas. Ora, precisamente eu fui explorado nas minas e eles foram aqui no Porto. Nós pusemos: casa igual, renda igual. Casa de 3 divisões: 180\$00; casa de 2: 120\$00; e casas de 4: 240\$00. Quer dizer, 60\$00 por cada divisão.

## Luta no ensino

Publicamos o seguinte comunicado de um grupo de professores da Escola Industrial Infante Don Henrique, do Porto.

Na passada quinta-feira, 11 de Dezembro, a nossa Escola foi invadida por um numeroso grupo de candidatos a professores, pretendendo com isso pressionar o MEIC para a urgência das suas colocações e, visando esse mesmo objectivo, levaram demagógicamente alguns alunos, não esclarecidos dos problemas dos professores, a aprovar moções e telegramas a enviar ao MEIC.

Quem são estes candidatos a professores que têm vindo, desde os fins de Outubro, a tomar determinadas posições públicas?

Habilitados legalmente muitos desses candidatos recorrem agora ao ensino como tábua de salvação porque foram obrigados pela luta dos trabalhadores nas empresas, a abandoná-las; há ainda entre eles grande número de retornados, fugidos das ex-colónias; é, pois, bom de ver que não é o número normal de candidatos que todos os anos sai das Faculdades que vem agravar deste modo o já complicado problema das colocações dos professores.

Esses candidatos pretendem sobrepor-se a professores que, não habilitados legalmente, serviram até ao momento, e durante anos, de tapa-furos, especialmente na Província, e que foram utilizados pela política de mão-de-obra barata, já pelo MEN e, mais recentemente pelo MEIC, que os empregava durante 10 meses, não lhes assegurando o direito ao trabalho no ano seguinte e cortando-lhes todas as possibilidades para se profissionalizarem.

O Decreto-Lei de 5 de Agosto, 409 A/75, que esses candidatos utilizam como cavalo de batalha, foi há muito ultra-

passado pela aprovação em 13 distritos incluindo o Porto (de um total de 18 distritos do País) da proposta B, elaborada e defendida pelos professores em luta contra o desemprego.

Esta proposta não pretende colocar incompetentes no Ensino, mas assegurar o direito ao trabalho na docência a todos os professores, dando-lhes possibilidade de se profissionalizarem, profissionalização essa entendida como a aquisição de uma habilitação científica e pedagógica e como uma constante actualização de todos os professores, e, ainda, através de medidas concretas propostas ao MEIC, criar até mais postos de trabalho.

Isto sim é lutar pela qualidade do ensino, é lutar pelo direito ao trabalho para todos, e não, como pretendem os candidatos, empregar-se uns à custa do desemprego dos outros, jogando com um duvidoso conceito de qualidade do ensino com o qual querem pressionar o MEIC e influenciar a opinião pública e os alunos.

Alguns desses candidatos propositadamente deturpam a luta dos professores desempregados, chegando mesmo a impedir que os professores em luta contra o desemprego intervissem na sua primeira reunião pública e esclarecessem a assembleia sobre a sua luta, cortando assim, a possibilidade de uma actuação conjunta na luta mais geral contra o desemprego, provocado não pela luta dos professores ou dos outros trabalhadores, mas pelas contradições próprias da sociedade em que vivemos as quais se agudizaram e continuarão a agudizar-se até ao momento em que esta sociedade seja substituída por uma sociedade mais justa, em que a exploração seja banida para sempre!

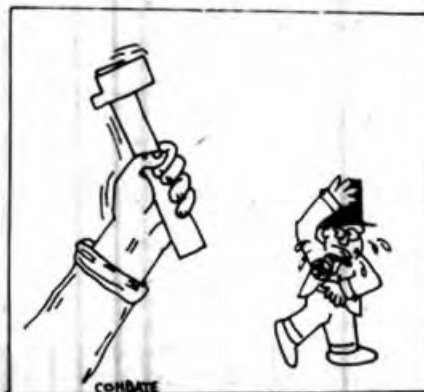
PROFESSORES SINDICALISTAS REVOLUCIONÁRIOS DA E.I.I.D.H.  
PORTO, DEZEMBRO DE 1975

POR ABSOLUTA IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA NÃO SE PUBLICA NESTE NÚMERO A CONTINUAÇÃO DA ENTREVISTA REALIZADA COM CINCO TRABALHADORES DA CANDIMAR. CONTINUAREMOS A SUA PUBLICAÇÃO NO PRÓXIMO NÚMERO.

QUERIA ASSINAR O "COMBATE" DESDE O Nº  
1 ano (26 números) - 90\$00; 6 meses (13 números) - 45\$00  
Apoio (anual) - 120\$00 mínimo  
Europa (1 ano - 168\$00); USA (1 ano 210\$00) (por avião)  
Angola (1 ano 207\$00)

QUERIA VENDER "COMBATE"  
Junto envio \$

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome da directora)



# REPRESSÃO

## no fascismo

De uma publicação da Confederação Nacional do Trabalho espanhola, organização anarco-sindicalista, extraímos as seguintes passagens:

Na um mês, cinco militantes revolucionários espanhóis foram assassinados pelos esbirros de Franco, e o movimento de protesto foi intenso e estendeu-se internacionalmente.

Durante os dias da agonia de Franco, em que este não se decidia a morrer, o mundo inteiro parece suspenso das pulsações do ditador do palácio do Pardo, esquecendo que, nas suas prisões, a polícia franquista continua a prender e a torturar.

Por um curioso fenómeno de amnésia colectiva, todos os partidos da oposição bem-pensante, do partido comunista espanhol até aos variados monárquicos, preocupam-se unicamente com a fatia do bolo franquista que poderão obter.

Essencialmente acusados de terem participado na campanha de solidariedade para tentar salvar Salvador Puig Antich, anarquista catalão garrotado em Barcelona nos princípios de 1974, dez jovens libertários estão implicados num conselho de guerra extraordinário. As penas de prisão requeridas são as mais importantes pedidas no decurso de um só processo desde o fim da guerra civil.

As acusações são as seguintes: dinamitação das esquadras de polícia se San Andres (Barcelona) e Mataro (nos arredores nordeste de Barcelona). Dinamitação dos monumentos aos mortos (franquistas, evidentemente) da guerra civil em Barcelona, Mataro e Badalona. Incêndio do liceu e da Câmara de Mataro. Dinamitação do transformador da caserna de artilharia de San Andrés (Barcelona). Destruição de dois bancos da avenida Gaudí em Barcelona e de vários outros em Mataro. Entre as acusações conta-se também: duas agressões contra

uma sucursal bancária da rua Escorial em Barcelona e contra o Banco de Bilbao do bairro de Saria, reivindicadas pelo M.I.L. Agressões contra os correios no bairro de Sants e Santa Coloma de Gramanet (nos arredores de Barcelona) e contra o correio central de Barcelona. Roubo de explosivos armazenados numa pedreira em Santa Creu de Olorde. Detenção de armas e de explosivos (minas anti-tanque, dinamite, armas diversas), utilização de papeis falsos, passagem clandestina de fronteiras, etc. E, claro, propaganda libertária.

Para reunir num mesmo processo os dez acusados provenientes de diversos grupos e organizações libertárias, a polícia teve de inventar uma pretensa "Organisacio de Lluita Armada" (organização de luta armada) que nunca existiu e que seria o denominador comum dos acusados.

As penas de prisão pedidas são as seguintes:

- Pedro Bartres Ametlle, de 21 anos, empregado de escritório, 133 anos de prisão.

- Robert Safont Sisa, de 19 anos, estudante, 98 anos de prisão.

- José-Ventura Romero-Tajes, de 20 anos, operário, 68 anos de prisão.

- J. J. Vinolas Vidal, de 28 anos,

químico, 55 anos e 8 meses de prisão. Já condenado a 4 anos num outro processo.

- Ramon Carrion Sanchis, de 26 anos, agente dos correios, 44 anos e 8 meses de prisão. Também condenado a 4 anos anteriormente.

- Naria Bellart Capdevila, de 21 anos, estudante, 20 anos de prisão. Condenada anteriormente a 5 anos.

- Enrique Conde Martinez, de 21 anos, estudante, 28 anos e 1 dia de prisão. Já condenado a 5 anos anteriormente.

## na social-democracia



desenho de Grosz

Do International Archive Team (83 a, Haverstock Hill, Londres NW 3) recebemos as seguintes informações, com data de 24 de Novembro:

### BERLIM

Chr. Doemeland e W. Siebert foram presos num apartamento perto do Tribunal Criminal de Berlim e da prisão Moabit, em 12 de Novembro. A polícia procura agora o dono do apartamento.

Fuge Vielt foi examinada por médicos na prisão. Suspeita de cancro no peito. Os médicos pedem a sua transferência para o hospital. Lembremo-nos do que aconteceu com a camarada K. Hammerschmidt. Tinha os mesmos sintomas, mas continuou na prisão durante quatro meses, acusada de estar a fingir. Por fim, e já demasiado tarde, foi levada para o hospital, onde morreu.

### NÚMERO DE PRISÕES

Notícias da imprensa: prisões em Setembro: 797; em Outubro: 873. Os mandatos de captura são cada vez mais numerosos. As pessoas em prisão preventiva estão a ser detidas durante mais tempo. Não tem havido sentenças inferiores a 6 meses!

### NÃO HOUVE MAIS PENAS SUSPENSAS!

O tribunal regional de Karlsruhe condenou um médico (de 30 anos) e um estudante (de 25), simpatizantes da RAF (Fracção do Exército Vermelho, geralmente chamada na imprensa "Bando de Baa-

- Raimundo Solé Sugranes, de 18 anos, estudante, 48 anos de prisão.

- Georgina Nicolau Milla, de 25 anos, empregada de escritório, 7 anos de prisão. Já condenada a 4 anos.

- Guillermo Garcia Pons, de 27 anos, operário, 14 anos, 8 meses e 1 dia de prisão.

Lembramos que estas penas foram requeridas antes da promulgação do decreto "anti-terrorista", cujo carácter é retro-activo. Por conseguinte, é de temer que algumas delas sejam transformadas em penas de morte.

der") a 9 e 6 meses de prisão, com as penas suspensas. Crime: afixação de cartazes protestando contra a tortura por isolamento dos camaradas em greve da fome em Heidelberg. A acusação pediu a revisão do processo. O Supremo Tribunal determinou que não haveria mais suspensões de penas.

### ÚLTIMAS INFORMAÇÕES SOBRE KARL HEINZ ROTH

Roth é médico e escritor, tendo publicado vários livros e artigos em jornais. Os directores da prisão onde se encontra estão a impedi-lo de escrever. Durante quatro meses foi privado de qualquer leitura. Neste momento só permitem que leia jornais "adequados". Após quatro meses e meio só lhe foi autorizado um livro médico. Agora tem autorização para ter cinco livros à sua escolha. Recusaram-lhe uma máquina de escrever alegando que "poderia usá-la como arma contra o pessoal da prisão". As suas cartas são censuradas e retidas se contiverem informações acerca das condições prisionais. Entre uma carta e a respectiva resposta medeiam dois meses. Não recebe visitas. Está mantido em completo isolamento. As celas contíguas não estão ocupadas. Durante o recreio a janela da sua cela é mantida fechada. As luzes da cela ficam acesas toda a noite e é revista a intervalos regulares. Quatro dias após a sua prisão, gravemente ferido com balas no peito e no estômago, a acusação queria que ele fosse levado do hospital. O protesto dos médicos impediu isso. Mais tarde, uma operação urgente foi atrasada 12 horas por um médico responsável no hospital Holweide. Ainda em convalescença post-operatória foi sujeito a interrogatório policial. Durante esta estadia no hospital havia polícias sentados à beira da cama, armados com pistolas automáticas. Até agora houve já 1.230 assinaturas de protesto na Alemanha, e algumas na Itália e na Áustria. Todas as cartas de protesto e donativos devem ser enviados para

Kollektive Rote Hilfe München

8 München 40

Nietsche Strasse 76

Rep. Federal Alemã

ou ainda para

Trikont Verlag

8 München 80

Josephsburg Strasse 16

Rep. Federal Alemã

As reivindicações imediatas são: tratamento médico apropriado e ilimitado; fim do isolamento; autorização para a noiva o visitar; fim da restrição da correspondência; leitura sem quaisquer restrições.